

A PRESENÇA DA DISCIPLINA PRESERVAÇÃO EM CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA¹

Valeria Gauz

1. INTRODUÇÃO

Dentre as ações desempenhadas em uma biblioteca, estão a gestão, o processamento da informação (que envolve seleção, aquisição, registro, descrição etc.), serviços de referência, pesquisa, divulgação, preservação² e outras. Independentemente da ocupação do bibliotecário, o cuidado com a preservação de acervos deve estar presente, na medida em que o conhecimento da coleção e o manuseio do livro ou documento pelo profissional o possibilitam saber qual melhor ação deve ser executada, a fim de evitar que seu estado físico se deteriore: na gestão, como responsável pelo planejamento geral e pela política de preservação; no processamento da informação, por observação durante o manuseio; e

1. O presente texto teve origem em palestra realizada na Universidade de São Paulo, no dia 8 de agosto de 2017, por ocasião do Seminário em Homenagem à Guita Mindlin: Rumos e Futuro da Conservação no Brasil. D. Guita foi de grande importância em minha vida profissional (como o foi em tantas outras). Deixo aqui meus agradecimentos a todos os envolvidos no convite a mim dirigido.
2. Utilizamos o termo Preservação como política e área macro, e conservação como as ações desenvolvidas nesse âmbito, assim como a profissão. O termo *documento* é aplicado quando nos referirmos à documentação de arquivo.

na referência, para evitar consulta ou empréstimo aos usuários (caso o item não esteja em condições físicas adequadas), transferi-lo a outro setor ou ao Laboratório de Conservação e Restauração, se houver. Como organismo vivo que é, lidando com informação, a biblioteca está em constante expansão e interage com os demais setores da instituição a qual pertence – o que justifica visão ainda mais ampla, além da técnica da profissão.

Presume-se, devido às variedades de tarefas existentes, que a formação do bibliotecário contemple disciplinas que ministrem, em maior ou menor grau, conteúdos que permitam a sua atuação profissional com bons resultados. Embora muitos jovens profissionais se interessem por bibliotecas digitais, cada vez mais outros também se curvam não apenas à beleza e história dos acervos antigos, mas à relevância de sua preservação conforme originalmente concebidos. Assim, cabe aos cursos de Biblioteconomia (ao de Arquivologia e aos demais com coleções históricas), prover os futuros profissionais com competências que os permitam prosperar.

As profissões de qualquer campo encontram em legislação própria a base a partir da qual podem se solidificar, sendo o ponto de partida oficial e unificado para, entre outros, realizar discussões sobre a padronização de cursos e práticas. Mas mesmo sem legislação específica, muitas vezes as premências institucionais obrigam a adoção de certas práticas, ainda que não as vigentes e ainda que seus funcionários não se encontrem preparados para exercê-las. Esse parece ser o momento que vivenciamos no país no campo da Preservação, em certos casos, embora progresso expressivo já tenha ocorrido.

O presente artigo se propõe a oferecer, a partir de estudos específicos, visão de alguns aspectos que envolvem o ensino da disciplina e Preservação no âmbito dos cursos de Biblioteconomia de São Paulo, assim como ampliar o olhar para o país, comparando esse curso a outro que, igualmente, trata de acervo em papel, a arquivologia. Além disso, atualiza informação sobre o Projeto de Lei que regulamenta a profissão de conservador-restaurador em maio de 2019. Considerando, ainda, que a produção científica de qualquer ramo reflete suas teorias e práticas, brevemente abordamos estudo que trata da presença da disciplina Preservação em periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre 1990 e 2000, no Brasil.

As pesquisas aqui citadas buscaram refletir opiniões variadas de profissionais de formações distintas e em diferentes momentos de sua carreira.

Uma vez que o profissional da área de Preservação, Conservação e Restauração atua em vários tipos de instituição e com diferentes suportes (como tela, bronze, papel, pergaminho, papiro, madeira

etc.), esclarecemos que somente trataremos da disciplina de preservação no suporte papel. O universo digital, assim como os cursos à distância, não serão analisados neste texto.

2. A DISCIPLINA PRESERVAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA EM SÃO PAULO

Intrinsecamente relacionada a acervos, a preservação no suporte papel, *grosso modo*, deve ser aqui entendida como um conjunto de políticas e ações que têm por objetivo preservar a integridade de um livro ou documento (ou outro suporte, naturalmente) conforme o seu original. Sua história remonta ao final do século XIX e início do XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (no Museu de Berlim e no Museu Britânico; na Biblioteca do Congresso estadunidense e no Museu da Arte Moderna de Boston). No Brasil, como veremos mais adiante, a profissão é antiga, mas havia preocupação com a conservação de papéis desde pelo menos 1840, conforme o Decreto nº. 123, de 3 de fevereiro de 1842, Artigo nº. 9:

Haverá no Museu um Secretario, e um Ajudante do Secretario, incumbidos do registro das deliberações do Conselho; da correspondência com os Museus estrangeiros; e do arranjo, guarda, e conservação do Archivo, e Bibliotheca. O Ajudante será além disso especialmente encarregado da contabilidade do estabelecimento³.

É sabido que existem vários agentes de deterioração de acervo em papel: ambientais, biológicos, assim como furtos e vandalismos. Tendo em vista que o Brasil é um país tropical e muitas de suas cidades são quentes e úmidas; que é um país em desenvolvimento, onde verbas para assuntos culturais são sempre insuficientes; que boa parte dos acervos antigos se encontra em entidades governamentais; que a constituição do papel industrializado, por si só, acelera a sua degradação; e que a questão da segurança de acervos passou a ter especial atenção somente no final do século XX, a atenção com políticas de Preservação torna-se ainda mais relevante para implementação em bibliotecas. O assunto vem ocupando espaço nas escolas de Biblioteconomia e em outros cursos. Muitos laboratórios de conservação e restauração, assim como programas de preservação, foram criados no século XX, inclusive no Brasil, embora, como registra Caldeira, seja relativamente recente a pesquisa científica sobre conservação preventiva, que surgiria nos Estados Unidos somente na década de 1980⁴.

3. Brasil, Decreto, 1842, *Diário das Leis*, [s.d.]

4. Cleide Cristina Caldeira, *Conservação Preventiva em Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo: Estudo em Campo*, 2004.

O estudo de Fernandes e Silva⁵ nos serviu de ponto de partida por ter examinado a matriz curricular dos principais cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Estado de São Paulo⁶. As bibliotecárias também realizaram visitas a instituições que executam tarefas de Preservação: Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/BBM e o Arquivo Público de São Paulo, devido aos seus acervos raros – o que amplifica a importância de ações de preservação. Além disso, as autoras realizaram entrevistas semiestruturadas com quatro bibliotecários sobre práticas de preservação e conservação em papel nos mesmo locais. Por fim, atenção foi dada à percepção de estudantes com relação ao assunto, a partir de questionário aplicado após minicurso sobre teoria e técnicas de preservação e conservação. Os currículos dos cursos analisados foram os das Universidade de São Paulo (USP/São Paulo e USP /Ribeirão Preto); Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp/Marília); Universidade Federal de São Carlos (UFScar); e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Dos cinco cursos de Biblioteconomia, somente um (FESP) oferece disciplina obrigatória em Preservação denominada Introdução à Preservação e Conservação de Acervo; o curso da Unesp/Marília oferece como disciplina optativa Preservação em Unidades de Informação. Não constava disciplina sobre o assunto na grade curricular dos demais cursos. Vale notar que o termo utilizado para designar o curso da FESP parece deter-se a noções gerais que normalmente são ministradas em disciplinas introdutórias. No entanto, ao verificarmos o conteúdo programático da disciplina, e conforme registrado nos objetivos gerais do Plano de Ensino do ano de 2012, propõe-se a “orientar e esclarecer os alunos na execução de um plano de conservação e de ações adequadas que assegurem a preservação de acervos bibliográficos e documentais”, ou seja, função do campo da gestão, normalmente. Segundo as autoras, a disciplina é, igualmente, apresentada no curso de pós-graduação.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais das já citadas instituições de acervo histórico tiveram por objetivo ouvir opinião sobre a importância da inclusão de disciplinas em Preservação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo, e foram classificadas da seguinte maneira: presença das disciplinas;

5. Iandra Marcela Honorato Fernandes; Marcia Regina Silva, *Preservação e Conservação Documental: Formação e Atuação do Bibliotecário*, p. 12.

6. Os cursos denominados Ciência da Informação de São Paulo diferem do curso de Ciência da Informação do Rio de Janeiro, este em nível de mestrado e doutorado.

aquisição de conhecimento; e prática profissional/habilidades técnicas. O item “presença das disciplinas” nos cursos foi indicado como muito importante devido aos processos de deterioração dos acervos e à dificuldade de o bibliotecário identificar as causas do problema logo no início, conforme depoimento de um dos profissionais. Quanto à aquisição de conhecimento em Preservação, apenas um profissional obtivera ensinamentos específicos (oriundo do curso da FESP); outro profissional aprofundou seus estudos em cursos particulares. Essas pessoas reconhecem que, mesmo sem treinamento, aprender as técnicas importa, para tomadas de decisão.

A fim de saber a percepção dos estudantes quanto à importância da Preservação na prática profissional, o minicurso Bases para a Preservação e Conservação de Acervo foi ministrado entre os dias 14 e 18 de outubro de 2013 na USP/Ribeirão Preto. Análise das respostas dos vinte participantes levou à conclusão de que era de suma importância o aprofundamento no assunto.

Mencionamos as instituições particulares que promovem cursos em Preservação, Conservação e Restauo. Nas últimas décadas, as que mais vêm se destacando no cenário nacional são a Associação Brasileira de Encadernação e Restauo/SP (ABER)⁷; a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais/RJ (Abracor)⁸; e a Associação Restaurart/RJ⁹. Deve-se, da mesma forma, fazer referência aos cursos oferecidos pela Associação de Arquivistas de São Paulo/ARQ-SP¹⁰. Normalmente, os cursos particulares são de alto custo, inacessíveis para estudantes de graduação, reforçando, assim, a importância da presença da disciplina em universidades públicas. No entanto, não se pode deixar de registrar o inegável e fundamental papel que cursos como os da ABER desempenham na formação de pessoas das mais variadas áreas.

3. AMPLIANDO O ESCOPO DA PESQUISA

Outra pesquisa desenvolvida em São Paulo e de certa forma relacionada ao assunto aqui explanado, que faz análise dos currículos das escolas paulistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, é a de Funaro e colaboradores. Trata-se de estudo comparativo envolvendo

7. Fundada em 14 de junho de 1988, a Associação se firmou no mercado pela qualidade de seus cursos e grupos de estudo (<http://www.aber.org.br/>).

8. Fundada em 30 de maio de 1980. O *website* da Associação disponibiliza diversos documentos sobre o assunto (http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/bibliografia/CPBA/).

9. Oferece cursos desde 2005 (<http://restaurart.yolasite.com/a-restaurart.php>).

10. Oferece cursos, oficinas e palestras (<http://arqsp.org.br/>).

Brasil, Espanha e Estados Unidos no início de século XXI e é direcionado, no primeiro momento (2008), apenas para o Estado de São Paulo, a fim de verificar a bibliografia de cada disciplina dos cursos desses países. O projeto foi proposto pela Universidad Carlos III de Madrid em convênio com a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/ USP). Neste Estado, foram convidados professores e bibliotecários da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP); Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP); Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (Fatea); Faculdades Integradas Coração de Jesus (Fainc); Pontifícia Universidade Católica (PUC/Campinas); e Centro Universitário Assunção (Unifai). Cada participante realizou o levantamento das disciplinas nas respectivas instituições de ensino, categorizando-as como Instrumentais ou Profissionalizantes, assim como o semestre em que são ministradas, carga horária e o número de referências bibliográficas de cada programa. A proposta é aprofundar e ampliar a pesquisa ao longo dos anos¹¹.

A segunda metade do século XX trouxe muitas inovações. A Sociedade da Informação – que tornou as tecnologias eletrônicas fundamentais em todos os segmentos da sociedade, governos etc. – forçou novo olhar às diversas esferas do conhecimento, em especial àquelas que lidam com a informação (até então apenas) no suporte papel. Naturalmente, problemas passaram a ser identificados na Biblioteconomia e na Arquivologia, uma vez que as disciplinas oferecidas nestes cursos, no geral, com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICS), se revelaram não funcionais para as necessidades que se impunham ao mercado de trabalho. Mas a questão não se restringe apenas à existência das tecnologias eletrônicas – inovação que ocasionou mudança de paradigma nos serviços de biblioteca e, juntamente com a internet, na década de 1990, propiciou enorme aumento no acesso à informação. A atenção para a preservação de acervos históricos já começara a se intensificar após a década de 1970, quando do surgimento de vários cursos de pós-graduação (em História, por exemplo), coleções de importância para a pesquisa nas Humanidades e nas Ciências Sociais, algumas em processo de deterioração física, em bibliotecas e arquivos de todo o país.

A dissertação de Beck, de 2006, desenvolvida no âmbito da Ciência da Informação no Rio de Janeiro, eleva para nível nacional o estudo

11. Vânia Funaro et al., *Estudo do Currículo das Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo*, 2008.

da presença da disciplina Preservação nos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, indicando seu caráter interdisciplinar por lidar com os diversos suportes da informação registrada.

A autora assinala diversas ações que em muito auxiliaram a evolução desse campo no mundo. Na década de 1980, por exemplo, a Unesco ofereceu relevante contribuição para a área de Preservação no Brasil e em outros países. Em 1984, organizou simpósio com o objetivo de padronizar a formação profissional na Biblioteconomia e na Arquivologia. Dois anos depois, a mesma organização realizou pesquisa em nível internacional para avaliar o ensino de Preservação nos cursos mencionados. Resultados mostraram que, para serem profissionais qualificados e atuar no desenvolvimento de políticas de preservação, precisariam de formação condizente. Em 1989, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) enviou questionário a 135 instituições de vários países (com exceção dos Estados Unidos e da Inglaterra). O resultado evidenciou que era preciso formar docentes, ou seja, os currículos acadêmicos precisavam ser modificados¹².

Pesquisa de Gomes já procurara verificar como ocorria o ensino de Preservação nos cursos em questão no Brasil, comparando-os com outros estrangeiros, concluindo que, apesar da presença da disciplina nos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia e da oferta de cursos particulares, era preciso que houvesse cursos de extensão ou de especialização para melhor capacitação dos profissionais¹³.

Beck comparou seus dados aos de Gomes e verificou aumento no número de cursos de Biblioteconomia nos primeiros anos do século XXI:

TABELA 1: A partir de Beck (2006)

Curso/crescimento	2000	2006
Arquivologia	06	19
Biblioteconomia	09	34

No entanto, quando analisada a presença da disciplina Preservação nos cursos, Beck observa que na Arquivologia a disciplina aparece na totalidade dos cursos, o que não ocorre na Biblioteconomia em 2000.

12. Ingrid Beck, *O Ensino da Preservação Documental nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: Perspectivas para Formar um Novo Profissional*, 2006.

13. Neide Aparecida Gomes, *O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*, 2000.

Em 2006, a Arquivologia mantém a disciplina em todos os seus cursos e a Biblioteconomia, apesar de ter tido crescimento expressivo na oferta de cursos, diminuiu o oferecimento da disciplina Preservação na sua grade curricular. Por fim, todas as disciplinas de Preservação, na Arquivologia, são obrigatórias, enquanto isso ocorre na Biblioteconomia somente em dois cursos:

TABELA 2: A partir de Beck (2006)

Ano 2000	Número de cursos	Disciplina Preservação
Arquivologia	06	06
Biblioteconomia	19	12

TABELA 3: A partir de Beck (2006)

Ano 2006	Número de cursos	Disciplina Preservação	Obrigatoriedade
Arquivologia	09	09	09
Biblioteconomia*	34	10	02

Na análise de Beck, o impacto das novas tecnologias nos currículos acarretou diminuição e/ou desaparecimento de algumas disciplinas. Outros problemas incluem: falta de clareza sobre o conteúdo da disciplina; falta de professores habilitados; falta de reflexão teórica sobre o objeto de pesquisa. Por fim, a autora registra ainda não haver conscientização sobre a relevância das ações de preservação como forma de garantir o acesso à informação em diferentes suportes.

Há um tópico, relacionado à denominação da disciplina nos cursos de Biblioteconomia, que merece atenção. Gomes e Beck registraram em suas dissertações que, nos doze cursos de Biblioteconomia que informaram possuir disciplina específica sobre conservação, preservação e restauração, as mesmas recebem nomenclaturas parecidas, tais como: Preservação de Documentos, Conservação de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos, Preservação em Unidades de Informação, Conservação Preventiva de Documentos, Formação, Desenvolvimento e Preservação do Acervo e Conservação e Conforto Ambiental em Bibliotecas. Esta última disciplina, ao que parece, não deve abranger acervo, mas aspectos do prédio e do design do espaço.

Assim como a terminologia importa e pode afetar o entendimento do conteúdo programático de uma disciplina, do mesmo modo a

formação do profissional irá afetar as funções a serem desempenhadas. Em sua pesquisa Beck, detectou cinco formações diferentes dos que atuam em Preservação: Especialização em Conservação de Obras em Papel (somente uma turma em 2000, na Universidade Federal do Paraná); Mestrado em Ciência da Informação; Biblioteconomia e Mestrado em Biblioteconomia; Biblioteconomia e Mestrado em Educação; Doutorado em Ciência da Informação.

Ampliando um pouco mais a análise do problema, investigamos a situação da regularização da profissão de Conservador-Restaurador no Brasil – luta antiga¹⁴, cuja trajetória iniciou-se em 1855 com a contratação, pela Corte, de um restaurador para a Academia Imperial de Belas Artes. Ao longo dos tempos, com o surgimento de cursos especializados e a defesa do patrimônio histórico, juntamente com o caráter científico que surgiu posteriormente, a profissão foi se estabelecendo, embora sempre com pouco reconhecimento. Após iniciativas na década de 1990, foi em 2005 o assunto retomado e, desde então, a Abracor e a Aber, assim como outros grupos, vêm se dedicando ao tema.

O documento mais recente sobre o assunto é o Projeto de Lei nº. 1183, de 27 de fevereiro de 2019, de autoria da deputada Fernanda Melchionna, do PSOL/RS, que dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais. A última movimentação do PL na Câmara dos Deputados se deu em 29 de março passado, indicando que foi recebido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O documento foi baseado em outro, do deputado Chico Alencar, do PSOL/RJ. Na realidade, o teor do texto é o mesmo. Cremos que isso se deu pelo fato de o deputado do Rio de Janeiro não ter sido reeleito nas eleições de 2018. O PL 1.183 anula o Projeto de Lei nº. 9.063, de 09 de novembro de 2017, arquivado.

Não apenas no terreno da Preservação há entraves legais que dificultam o seu progresso; o mesmo acontece na Biblioteconomia, com respeito ao ensino dessa disciplina em universidades e ao exercício da profissão. Na antiga Lei nº. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispunha sobre o exercício da profissão, e no Decreto que a regulamentava, de 1965, não constava a preservação de acervos como atribuição do bibliotecário. A Lei nº. 9.674, de 25 de junho de 1998¹⁵, que trata do mesmo assunto e contempla a preservação, tem o Veto no. 749 (procedente, em nossa opinião) pelo fato de o Art. 5º. referir-se à documentação e

14. Aloisio Nunes de Castro, *Regulamentação da Profissão de Restaurador: Um Veto e Muitas Dúvidas*, [s. d.].

15. Brasil, Diário Oficial, 1998.

informação registrada como atividade privativa do bibliotecário no ensino de disciplinas específicas e supervisão de estágio (que é também função da Museologia, da Arquivologia e de outros campos). Histórico a respeito pode ser encontrado na pesquisa de Santos¹⁶. Em oposição a isso, a profissão de arquivista (Lei nº. 6.546, de 04 de julho de 1978) inclui a preservação de acervo entre as atribuições dos seus profissionais – indicativo de que os cursos de Arquivologia seguem as orientações legais presentes em sua legislação.

Além do que foi dito, outra fonte para se conhecer o *status* de um campo do conhecimento é a sua produção científica, aqui analisada pelo viés da literatura encontrada na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Afinal, as publicações existem em decorrência das inovações e estas a partir das pesquisas e suas comunicações, em constante ciclo.

Em 2014, Corrêa Neto, em seu trabalho de conclusão do curso de graduação e a partir de estudos brasileiros e estrangeiros, averiguou a representação dos assuntos que envolvem a preservação de acervos, entre os anos 1990 e 2000, nos periódicos a seguir: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*; *Perspectivas em Ciência da Informação*; *Transinformação*; *Datagramazero*; *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*; *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*; e *Informação & Informação*. Para isso, o autor utilizou os termos “preservação”, “conservação” e “restauração” na busca de cada periódico, a partir dos campos de título, autor, resumo e palavra-chave. Corrêa Neto destaca o obstáculo linguístico que as literaturas europeia e estadunidense trazem quando traduzidas, por dificultar a conceituação dos termos em português e, conseqüentemente, o estabelecimento de políticas. Da mesma forma, como outros autores já aqui citados, reforça a pouca presença da matéria na produção científica da Biblioteconomia. A dificuldade na conceituação de termos, obviamente, tem relação com a falta de reflexão da área apontada por Beck.

4. QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES

Atualizando informações sobre os cursos de Biblioteconomia do Estado de São Paulo citados no presente texto, verificamos que nas duas unidades da Universidade de São Paulo não constam cursos de Preservação ou Conservação (ao menos com esses nomes); na Unesp/Marília, há cursos de Preservação Digital e de Preservação em Unidades de Informação, em proposta curricular apresentada em 2012 (no conteúdo programático, estão presentes a Preservação e a Conservação de

16 Jussara Pereira Santos, *Reflexões sobre Currículo e Legislação na Área da Biblioteconomia*, 1998.

acervos). Não constam disciplinas similares na Universidade de São Carlos. Na FESP (matriz curricular de 2017), consta a disciplina Preservação e Conservação de Acervos. Na disciplina Fundamentos Arquivísticos dessa Fundação, é contemplada a preservação digital.

O curso das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila inclui a disciplina Preservação e Conservação de Acervos. Nas Faculdades Integradas Coração de Jesus, encontramos a disciplina Conservação e Conforto Ambiental em Unidades de Informação, que não nos parece tratar de acervo. Quanto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, não conseguimos localizar a disciplina no *website* da universidade. Por fim, o Centro Universitário Assunção oferece Conservação Preventiva de Documentos¹⁷.

As questões aqui abordadas se referiram à formação do profissional que atua em Preservação e envolvem

- Pouca integração, entre as universidades, sobre os cursos ministrados, seus currículos e conteúdos programáticos.

Sobre isso, consideramos que a continuidade e expansão dos debates se fazem necessárias no país, dada a urgência na formação de profissionais capacitados para evitar deterioração e/ou perda de acervo em papel em instalações por vezes inadequadas, onde há poucas políticas de preservação de acervo estabelecidas (e, mesmo quando há, a falta ocasional de infraestrutura da instituição pode impedir a continuidade de ações). Da mesma forma, o curso de Biblioteconomia precisa incluir a disciplina, como obrigatória, em todos os currículos acadêmicos, também porque os cursos particulares têm custo alto para estudantes e há interesse por parte destes, de docentes e de funcionários. Anterior a isso, ter dispositivo legal condizente é premente.

- O problema da terminologia em língua portuguesa em Preservação. Conforme já visto, há necessidade de muita discussão e aprofundamento no assunto, talvez utilizando as ferramentas eletrônicas disponíveis para, por meio de grupos de trabalho na internet (como existe no grupo do Mercosul mencionado por Funaro), avançar nas discussões de forma mais homogênea. Há tesouro recente em Ciência da Informação que contempla o tema, mas não temos conhecimento se é conhecido e utilizado¹⁸. Também notamos diferentes nomenclaturas nos termos que

17. Para essa verificação, usamos como base os *websites* das universidades. Todas as buscas ocorreram em 15 de maio de 2019.

18. Lena Vania Ribeiro Pinheiro; Helena Dodd Ferrez, *Tesouro Brasileiro em Ciência da Informação*, 2018.

qualificam os tipos de disciplina na Biblioteconomia, como “Instrumentais e Profissionalizantes”, “Obrigatórias e Optativas” e das próprias disciplinas, como Beck assinalou em sua pesquisa.

Sabemos que a formação do profissional que atua em Preservação de acervos tem origem em cursos diferentes (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e outros), em instituições acadêmicas ou particulares, assim como há a participação de organizações internacionais que, além de promoverem cursos, propiciam estágios em similares estrangeiras, em muito favorecendo a formação profissional. Porém, ainda há desequilíbrio na formação, considerando as dimensões do país e as diferenças nos currículos existentes. Também a falta de domínio em línguas estrangeiras por parte de alunos e/ou docentes, em alguns casos, torna mais difícil a tarefa. Mais recentemente, discussões têm acontecido entre as áreas citadas no âmbito dos Encontros de Diretores e Encontros de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (Ebcin)¹⁹, cujas reuniões tiveram origem em 1996 e foram, ao longo dos anos, estabelecendo grupos temáticos para tratar dos assuntos pertinentes (nos quais a preservação de acervos está incluída). A iniciativa é promissora.

Pelo que tudo indica, a questão da regulamentação da profissão ocorrerá ainda em 2019, já que a última versão do texto apresentada e que tramita hoje na Câmara dos Deputados parece ser consensual na área. Isso será de grande ajuda para o progresso dos assuntos de Preservação no país.

Provável pesquisa a ser desenvolvida no futuro, mas que nos chama atenção no momento, é uma eventual relação entre a ausência ou baixa presença de disciplinas como História do Livro e das Bibliotecas (ou nome similar, como Registros e Suportes de Informação) em cursos de Biblioteconomia e a baixa presença (ou nenhuma) da disciplina Preservação, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas, por tratarem de livro antigo e de coleções históricas. A história da Biblioteconomia no Rio de Janeiro e em São Paulo, Estados que deram origem à profissão, guarda muitas diferenças, nas quais podem estar as origens de algumas práticas atuais relacionadas ao estudo da Preservação de acervos. Houve um tempo em que a disciplina História do Livro era obrigatória e parte do currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação; em outro, foi retirada do currículo mínimo. Sobre este

19. Encontro de Diretores, 2016.

segundo momento do currículo mínimo, Mueller²⁰ assinala a reorientação do curso de Biblioteconomia de “organização para preservação” para “organização para a difusão e uso”. Igualmente, Pando²¹ discorre sobre o assunto.

Os acervos a que nos referimos neste estudo são os gerais, existentes em grande quantidade no Brasil, cujo papel produzido nos séculos XIX e XX, principalmente, se deteriora muito mais fácil e rapidamente do que o papel artesanal produzido até meados do século XIX. Mas, também, nos referimos aos acervos históricos, que remontam aos séculos anteriores, cuja preservação deve ser prioridade de bibliotecas e arquivos, a fim de se manter a memória escrita do país e incentivar a pesquisa.

Os tempos atuais são de nova transição para a jovem e trôpega democracia brasileira. A manutenção de nossos acervos passa a ser essencial para que possamos, por meio desses, reeditar a nossa própria identidade como povo e nação. Promover consciência histórica é um dos caminhos possíveis. Para isso, a preservação dos registros é fundamental. ●

20. Susana Machado Pinheiro Mueller, *Avaliação do Estado da Arte em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, p. 75, 1988.

21. Daniel Abraão Pando, *Formação e Demanda Profissional em Tratamento Temático da Informação no Brasil: Uma Análise Comparativa de Conteúdos Programáticos Universitários e de Concursos Públicos em Biblioteconomia*, 2005.

SOBRE A AUTORA

Valeria Gauz é doutora em Ciência da Informação e bibliotecária de livros raros. Ocupou cargos técnicos e administrativos por catorze anos na Fundação Biblioteca Nacional; trabalhou na John Carter Brown Library, Brown University (EUA), de 1998 a 2005; e no Museu da República, até 2018. É pesquisadora em Comunicação Científica, Patrimônio Bibliográfico e Informação em Museus.

A PRESENÇA DA DISCIPLINA:

PRESERVAÇÃO EM CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA p.152

RESUMO Por meio de pesquisas da área, o texto aborda aspectos que envolvem o ensino da disciplina Preservação em cursos de Biblioteconomia no Estado de São Paulo, assim como o compara ao de Arquivologia no Brasil, no que diz respeito ao oferecimento da disciplina. Brevemente, atualiza a situação da regulamentação da profissão de conservador-restaurador no início de 2019 e, igualmente, traz informações sobre a presença de assuntos que envolvem a preservação de acervos no suporte papel em periódicos científicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

PRESERVAÇÃO – ENSINO – SÃO PAULO • PRESERVAÇÃO EM PAPEL – CURRÍCULOS – BRASIL • PRESERVAÇÃO – REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL • PRESERVAÇÃO – PRODUÇÃO CIENTÍFICA • PRESERVAÇÃO – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

THE STUDY OF PRESERVATION IN LIBRARY AND INFORMATION SCIENCES COURSES

ABSTRACT Specific articles and Master's thesis on Preservation were used to address some aspects that involve the teaching of the discipline Preservation in Library and Information Sciences, undergraduate courses in the State of São Paulo. It also compares the offer of the discipline with that in the Archives course in Brazil. Briefly, it updates information on the regulation status of the Conservator profession in early 2019. It also mentions the presence of preservation issues in Library and Information Science scholarly journals.

PRESERVATION – TEACHING – SÃO PAULO • PAPER PRESERVATION – BRAZIL • PRESERVATION – LEGAL ASPECTS • PRESERVATION – LITERATURE • PRESERVATION – LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ingrid. *O Ensino da Preservação Documental nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: Perspectivas para Formar um Novo Profissional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2006, p. 109.
- BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. *Legislação Básica*, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/institucional/legislacao/>>. Acesso em 12 maio 2019.
- BRASIL. Decreto nº. 123, de 3 de fevereiro de 1842. Dá ao Museu Nacional uma Organização Accommodada á Melhor Classificação e Conservação dos Objectos. Império do Brasil (D.O.U. 03.2.1842), Rio de Janeiro. *Diário das Leis*, [s. d.]. Disponível em <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/202108-du-ao-museu-nacional-uma-organisaauo-accommodada-u-melhor-classificauuo-e-conservauuo-dos-objectos.html>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- BRASIL. Lei nº. 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Bibliotecário e Determina Outras Providências. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil, Brasília, vol. 136, n. 120, Seção I, 26 jun. 1998, pp. 1-2.

- CALDEIRA, Cleide Cristina. *Conservação Preventiva em Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo: Estudo em Campo*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 191 f.
- CARVALHO, Rodrigo de Aquino. *Formação e Atuação Profissional do Egresso da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas de 1995 a 2005*. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10425/>>. Acesso em 01 maio 2019.
- CASTRO, Aloisio Nunes de. *Regulamentação da Profissão de Restaurador: Um Veto e Muitas Dívidas*. ABER, s. d. Disponível em: <<http://www.aber.org.br/noticia/regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-profiss%C3%A3o-de-restaurador-um-veto-e-muitas-d%C3%Aavidas>>. Acesso em 12 maio 2019.
- ENCONTRO de Diretores e Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul. Belo Horizonte, UFMG, 2016. 755 f.
- FERNANDES, Iandra Marcela Honorato; SILVA, Marcia Regina. *Preservação e Conservação Documental: Formação e Atuação do Bibliotecário*. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18, 2014, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: SNBU, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ZQQbpf>>. Acesso em: 08 maio 2019.
- FUNARO, Vânia et al. *Estudo do Currículo das Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo*, 2008. Disponível em: <<http://www.cinform2008.ici.ufba.br/layout/padrao/azul/cinform/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es/ESTUDO%20DO%20CURR%C3%8DCULO%20DAS%20ESCOLAS%20DE%20BIBLIOTECONOMIA%20E%20CI%C3%8ANCIA%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- GOMES, Neide Aparecida. *O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2000, p. 98. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5480>>. Acesso em 05 maio 2019.
- MUELLER, Susana Machado Pinheiro. “Avaliação do Estado da Arte em Biblioteconomia e Ciência da Informação”. *Ci. Inf.*, Brasília, vol. 17, n. 1, p. 71-81, jan/jun 1988.
- PANDO, Daniel Abraão. *Formação e Demanda Profissional em Tratamento Temático da Informação no Brasil: uma Análise Comparativa de Conteúdos Programáticos Universitários e de Concursos Públicos em Biblioteconomia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Unesp, Departamento de Ciência da Informação, Marília, 2005, p.195.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Brasília, Ibict, 2018, p. 384.
- SANTOS, Jussara Pereira. “Reflexões Sobre Currículo e Legislação na Área de Biblioteconomia”. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol. 3, n. 6, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/62>>. Acesso em 01 maio 2019.